

A LÓGICA DA ESCOLARIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: EDUCAÇÃO LIBERTADORA OU BANCÁRIA

Valéria Teixeira Poyares

Dado que a educação está passando por um momento de reinvenção da sua prática, em que vemos claramente dois cenários distintos, um da rede pública e outro da rede privada, me inquieto ao ver alunos e professores buscando estabelecer relações diárias, mas, ao mesmo tempo, demonstrando desconforto e insatisfações: um por não se encontrar no desejo de aprender, e o outro por não compreender como realizar um trabalho que traga resultados de qualidade, despertando o interesse do aluno para a aprendizagem e a participação nas aulas no modelo on-line.

Pensando na proposta da equidade, fica clara a discrepância das classes sociais neste novo modelo de escola, no qual o acesso à sala de aula virtual tem sido limitado, ou por falta de equipamentos que deem condições ao aluno estar ali ou pela própria realidade de vida do aluno, que, por sua vez, não se sente motivado, instigado ao aprender e ver nesta nova escola um espaço de cobranças e prazos, um espaço de opressão em que, estar ali ou não, não trará a mudança que espera para a sua vida, pois ele, enquanto aluno, estará apenas recebendo o que a escola tem para oferecer – e que precisa oferecer para cumprir determinações legais.

Em que medida os pais compactuam com essa lógica de escolarização, aceitando o modelo imposto e insistindo para que seus filhos fiquem horas diante da tela do computador recebendo informações?

A escola, enquanto instituição social de extrema relevância na sociedade, possui o papel de fornecer preparação intelectual e moral aos alunos e inserção social, oferecendo também uma educação emancipadora e autônoma, que possibilite que pessoas das classes menos favorecidas da sociedade desenvolvam uma consciência crítica de sua situação e se vejam como protagonistas da própria história, capazes de transformar a realidade, sempre coletivamente. Mas o que vemos neste contexto de pandemia, permeado por mudanças, desafios e novas práticas, é a lógica da escolarização sendo cada vez mais presente e reforçada diante da necessidade de se cumprir o calendário escolar, o currículo, as práticas avaliativas, depositando conteúdos nos alunos sem lhes dar a condição e a oportunidade de serem ouvidos em suas histórias de vida, sem saber como estão se sentindo diante do cenário de pandemia, seus medos e as ameaças que circundam a sua própria existência.

Pensar a escola atual é trazer um olhar para como a educação está chegando aos lares da nossa sociedade e se, de fato, ela tem proporcionado aos estudantes uma leitura crítica do mundo, permitindo às novas gerações a compreensão da sua realidade social e política. O desafio que está posto é o de refletir o papel social da escola, o currículo, a formação docente, a proposta pedagógica, os aspectos da avaliação, tendo como referencial os pressupostos teóricos do educador Paulo Freire (1987), dando visibilidade à essência da educação de que *“Ninguém luta contra forças que não entende; ninguém transforma o que não conhece (...)”* / *“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”*.

Paulo Freire (1987) defende que a educação libertadora e problematizadora só pode se constituir num processo no qual educador e educando aprendem juntos. Questiono se estamos vivendo um período de educação libertadora ou estamos reproduzindo em nossos lares o que Freire chama de “educação bancária”? No atual cenário, onde professores estão à frente de uma tela de computador e alunos estão “recebendo” o que está sendo transmitido, muitas vezes de câmeras desligadas e microfones fechados, remeto-me a ideia dos bancos, como se a educação fosse um ato unilateral de depositar conteúdos. Até que ponto a educação bancária tomou força neste novo cenário de aulas on-line, colocando de um lado o professor, como o único a deter o conhecimento, e, de outro, o aluno, tratado como um ser passivo que nada saberia. Discorro, ainda, em pensar se a escola não estaria, neste novo modelo, suprimindo a capacidade crítica dos alunos, acomodando-os ao mundo existente.

Entendo que estamos diante de um cenário pouco favorável, em que famílias estão sem acesso a equipamentos que possibilitem uma interação dos alunos nas salas de aula on-line, mas não podemos compactuar com essa lógica de escolarização. Precisamos buscar estratégias de enfrentamento que minimizem os impactos que esta geração de crianças e jovens experienciarão em suas trajetórias escolares. O momento é de construirmos uma “educação problematizadora”, que desperte a consciência dos oprimidos, inquietando-os e os levando à ação, que é a própria libertação. É notório que a escola de portas fechadas, a escola com acesso a uma minoria, a escola em um modelo de transmissão de conhecimentos, seja via aulas ditas ao vivo ou aulas gravadas, eliminará a capacidade crítica dos alunos acomodando-os à realidade, ou seja, paulatinamente a educação bancária ganhará forças. Compreender a educação como espaço de transformação social pressupõe ver o aluno não como mero reservatório, depósito de conteúdos, mas como sujeito construtor da sua própria história e capaz de problematizar suas relações com o mundo.

Paulo Freire (1987) expressa que a escola deve ser um espaço que pode modificar a sociedade, um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência

permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. Destaca que “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade”. Ele reconhece a presença do oprimido e do opressor e nos convida a essa libertação, inicialmente pela libertação do opressor que reside em cada um, no sentido de romper com as ferramentas de dominação. Mas também é preciso que, para quebrar essa lógica de opressão, o oprimido aceite a ruptura, não desejando ocupar o lugar do opressor.

O autor traz uma reflexão fundamental acerca da relação professor-aluno, destacando o papel do professor como um provocador de experiências e do aluno como um protagonista da ação de aprender. Porém, o que tem sido apresentado aos alunos é uma escola envolvida pelo autoritarismo, pela ausência do diálogo, exigindo de todos, tratando os alunos de forma padronizada, com uma aprendizagem mecânica, envolta em transmissão constante de conteúdos.

Dialogar com a realidade que nos está posta e pensar na pedagogia do oprimido, humanista e libertadora, é trazer ao cenário em que estamos um movimento caracterizado pela luta dos indivíduos num processo permanente pela sua libertação, por meio da reflexão sobre a opressão e suas causas, gerando uma ação transformadora. Paulo Freire (1987) afirma que os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo, pela educação problematizadora que exige a superação da contradição educador/educando e pelo diálogo, no qual ambos se tornam sujeitos do processo e crescem juntos em liberdade, procurando o conhecimento verdadeiro.

Considerando a necessidade do diálogo, do amor, remeto-me à tese de Mundim Neto (2017) que investiga a crise educacional sob a perspectiva da prevalência de um discurso humanista em detrimento de sua realização. Existe um discurso humanista, mas as ações que são desenvolvidas na escola possuem um caráter anti-humanista com ideais totalitários. O aluno não é o centro, a escola não define sua prática pensando no que esse aluno vive e no que lhe interessa. O que se faz dentro dos muros da escola, hoje muros de cada lar, é reproduzir uma educação mercadológica, pensando no que o mercado educacional tem para oferecer, em um cenário de competitividade em que ser a melhor escola é ser a que oferece a melhor instrução. Assume-se uma postura conteudista, permeada por um discurso que costuma ser justificado segundo interesses da comunidade escolar, sem pensar no que o aluno espera, qual a sua realidade socioeconômica, se existem problemas de aprendizagem advindos do estresse dos alunos, que estão sobrecarregados de atividades; da falta de limites dos pais para com os filhos

ou da presença de alguma doença. Existe calendário a ser seguido, currículo a ser ensinado, protocolos a serem cumpridos, e assim a escola segue seu caminho.

Logo, inquieto-me com a passividade dos pais por compactuarem com a escolarização no modelo apresentado e defendo a necessidade de repensarmos e de construirmos uma escola humana, capaz de compreender os desafios de seu tempo, comprometida com as gerações futuras, uma escola em que “o direito de saber melhor o que já sabem, ao lado de outro direito, o de participar, de algum modo, da produção do saber ainda não existente”, como defende Paulo Freire (1987).

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MUNDIM NETO, J. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?** Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.